

SINDITEST-PR

UFPR FUNPAR UTFPR

Sindicato dos trabalhadores em Educação do Terceiro Grau Público de Curitiba, Região Metropolitana e Litoral do Estado do Paraná

Reitor Abandona UFPR !



IMPRESSO ESPECIAL

3600173954/2008/DR/PR
SINDITEST-PR

CORREIOS



Editorial

É ano eleitoral, e nosso Reitor não nos deixa esquecer isso. Se, para as eleições municipais o Reitor-Candidato assume o discurso da democracia, dentro da UFPR arquiteta sua sucessão sem nenhuma consulta à comunidade universitária. Diante disso, a Gestão "Sindicato Para Todos – Oposição Pra Valer" se junta às categorias que compõem essa instituição para exigir eleições para Reitor.

Além das incertezas locais, provocadas pela intenção da Reitoria da UFPR, nossa categoria ainda sofre com a demora na assinatura da MP (Medida Provisória) que garante o cumprimento do Acordo de Greve. Primeiro, ficamos apreensivos quanto à possibilidade do não cumprimento do acordo de greve por parte do governo. Após a mobilização dos setores do movimento sindical do funcionalismo público,

conquistamos como resposta do governo que o acordo será cumprido, porém, até o momento estamos esperando que a MP seja editada, o que garantiria os primeiros valores alterados na nossa tabela, desde o vencimento básico até a capacitação.

O mais preocupante veio no início desse mês: a publicação da Portaria N° 4 do MEC, que, em linhas gerais, desvincula da UFPR o orçamento e o pagamento de pessoal do HC. Uma portaria que desencadeia um processo rumo à Fundação Estatal de Direito Privado.

Aproveite essa edição do Jornal do SINDITEST para entender tudo o que está acontecendo e encontrar as armas para garantir nossa luta.

Boa leitura!

Leia Também

Especial

Prestação de Contas

pág. 5 e 6

Informes do Sindicato _____pág. 2

Perseguição política no HC _____pág. 3



DIRETORIA visita campus UTFPR do interior _____pág. 3

1° de maio: Dia Mundial dos Trabalhadores _____pág. 4

Moreira Junior abandona UFPR _____pág. 7



HC em perigo: Veja o que diz Portaria do Governo _____pág. 7



Informes Jurídicos _____pág. 8

ACT/FUNPAR -2008/2009 _____pág. 9

Entrevista do mês _____pág. 10

Confira as tabelas de reajuste do acordo de greve _____pág. 11

Dia do Assistente Social _____pág. 12

Semana de Enfermagem _____pág. 12

Fique por Dentro

agenda eventos informes

Sinditest agora mantém DVDteca e Biblioteca

A Diretoria de Formação Política do Sinditest-PR está construindo, aos poucos, uma biblioteca e também uma DVDteca. Os primeiros livros são relativos ao movimento sindical e a organização dos trabalhadores. Também já existem dois DVDs, incluindo o recém lançado "Sicko", do cineasta americano Michael Moore, que faz uma reflexão sobre a (falta de) saúde pública nos EUA.

Para locar estes DVDs e/ou livros, basta ir até a sede do Sinditest, deixar o nome e pegá-los.

Concurso UFPR: Cursinho SINDITEST-PR

Na última semana de abril, foi aberto edital para concurso para servidor Técnico-Administrativo da UFPR, sendo 66 vagas para nível médio (segundo grau completo) em Curitiba. A prova acontecerá dia 08/06/2008 e as inscrições se darão pelo site www.prae.ufpr.br até as 16hs do dia 20/05/2008.

Além das vagas de nível médio para Curitiba, existem vagas para nível superior, para Palotina e Litoral.

Para que os trabalhadores da FUNPAR possam fazer este concurso em melhores condições, o SINDITEST-PR promoverá cursinho com as quatro matérias básicas para o concurso de nível médio: português, legislação, matemática e informática. As aulas acontecerão nos dias 17, 18 e 31/05 e 1/06, no auditório do 7º andar do HC. As inscrições serão até o dia 16/05, por telefone (3362-7373) ou na sede do SINDITEST-PR.

Aulas de Dança agradam filiados

Aulas de Dança de Salão ministradas pelo Prof. Almir continuam. Agora com novas turmas. Confira os horários para novas turmas a partir de junho:

Manhã: das 10h às 12h
Tarde: das 14h 30min às 16min
das 16h 30min às 18h
Noite: das 18h 30min às 20h

1 x por semana: R\$15,00
2 x por semana: R\$ 30,00



Inscrições e Informações na Secretaria do Sindicato.

Contra o Assédio Moral

A campanha contra o assédio moral segue em frente. Outros postos de trabalho foram adesivados pelo SINDITEST-PR, o que desagradou muita gente. Mas, até agora, eles parecem que não entenderam o recado, pois estão mais preocupados com as paredes adesivadas do que com as vítimas do assédio moral.

O primeiro passo foi dado, conseguimos levantar a discussão sobre o assunto. Agora daremos o segundo passo, abriremos processos contra os assediadores, e não contra a instituição. O sindicato está aberto para novas denúncias.

Denuncie

Outra forma de denunciar o assédio moral, é utilizar o site do ministério do trabalho, em que o denunciador pode permanecer anônimo. Além disso, também podem ser denunciadas insalubridades, desrespeito às leis trabalhistas, enfim, ilegalidades em geral com relação às condições de trabalho.

Site: www.pgt.mpt.gov.br

Campanha de Filiação

A credibilidade já é percebida pela categoria, prova disso é o sucesso da campanha de filiação. Vários novos filiados já preencheram o cadastro de sindicalização, além do retorno de pessoas que haviam se desfiliado na gestão anterior.

A Diretoria continua visitando os locais de trabalho para atender a demanda de filiação. Se você ainda não é filiado, pode procurar a sede do SINDITEST-PR ou entrar em contato, e pedir uma visita em seu setor.

Quem ganha com o aumento no número de filiados é a categoria, que fica cada vez mais fortalecida, principalmente para lutar por melhorias nas condições de trabalho, e na defesa de seus direitos.

Programe-se

Dia 19/05 - Debate com a ex-senadora Heloísa Helena;

Dia 16/05 - Almoço Para Todos - Os convites estão sendo distribuídos somente para os filiados;

Dias 17, 18 e 31/05 e 01/06 - Cursinho preparatório para o concurso da UFPR.

Mais informações: 3362-7373

Aposentados

Ação de diferença de enquadramento

Foi aprovada na última Assembléia do SINDITEST-PR o encaminhamento de medida judicial referente às diferenças de Enquadramento decorrentes da Lei 11.091/2005 aos servidores aposentados.

Embora já aprovada essa Ação Judicial, a Assessoria Jurídica CVW, está fazendo uma análise mais pormenorizada e minuciosa da situação antes do ingresso no Poder Judiciário. Em breve divulgaremos os procedimentos a serem adotados. A cautela é para evitar que a busca de um direito possa acarretar como consequência a perda de uma conquista obtida na via administrativa.

Cartilha de Novas Ações Judiciais

Está em fase final de elaboração a Cartilha que orienta os servidores a ajuizarem ações judiciais sobre eventuais abusos cometidos pelo poder público. Cada servidor pode verificar as situações individuais, por exemplo, desvio de função; execução de horas extras não quitadas; divisor correto de jornada de trabalho; trabalho noturno; dano moral que decorra de assédio; revisões de aposentadorias, dentre outras.

Convênios

Confira no site do SINDITEST-PR a lista atualizada dos convênios: www.sinditest.org.br

Erramos

Na edição anterior do "Jornal do SINDITEST-PR", publicamos na página 5, no texto "Acordo Coletivo: 9,21%", o seguinte: "Ampliação da licença-maternidade de doze meses para dezoito meses". O certo é: Ampliação da licença-maternidade de 120 para 180 dias. Esta é uma das principais reivindicações da pauta do acordo coletivo FUNPAR desse ano.

Na mesma edição, página 6, nos "Informes da CIS", esquecemos de destacar que o servidor Deoclécio Fernandes foi substituído pela servidora Regina Maria de Campos Rocha, na composição da Comissão Interna de Supervisão do PCCTAE.

Expediente:

O jornal do SINDITEST-PR é uma publicação do Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Terceiro Grau Público de Curitiba, Região Metropolitana e Litoral do Estado do Paraná.

Jornalista Responsável: Carla Cobalchini. DRT/PR 7147.

Diagramação: Marcos Antonio Teixeira.

Tiragem: 5000 exemplares

E-mail: imprensa@sinditest.org.br . www.sinditest.org.br . fone: (41) 3362-7373



Filiados e filiadas do interior do Paraná também querem fazer sindicato!



No último mês de março, a Direção do SINDITEST-PR e da Seção Sindical da UTFPR realizaram visitas às diversas unidades da UTFPR e UFPR do interior. A comitiva formada pelo Presidente Wilson Messias, pelo 1º Tesoureiro Antônio Aleixo, pelo Coordenador da Seção Sindical Elizeu Horta dos Santos e pelo Vice-Coordenador Márcio Araújo, contou ainda com a presença do Dr. Paulo Vieira.

A comitiva que passou por Pato Branco, Dois Vizinhos, Francisco Beltrão, Medianeira, Toledo e Palotina, tinha o objetivo de apresentar a nova direção do SINDITEST-PR, bem como divulgar o andamento das ações dos 3,17% e 28% e informes sobre novas ações. Em cada local foram realizadas reuniões sobre estes assuntos que ao todo reuniram aproximadamente 200 servidores.

Para dar continuidade a essa tarefa de integração desses servidores que estão lotados fora da capital, uma próxima viagem será agendada para meados de junho, que visitará as unidades de: Cornélio Procópio, Apucarana, Londrina, Campo Mourão e Ponta Grossa.

Central de Agendamentos: Exemplo das Péssimas Condições de Trabalho!

A Central de Agendamentos do Hospital de Clínicas da UFPR é um exemplo de como andam as condições de trabalho dentro dos hospitais universitários. Por lá circulam cerca de 1500 pessoas por dia, que ficam acomodadas numa sala sem ventilação, facilitando a propagação de doenças respiratórias, por exemplo.

Mesmo com a entrada de 10 novos trabalhadores concursados em fevereiro de 2006, o déficit de funcionários na Central chega a 20. Com a entrada desses novos funcionários, foram feitas

diversas promessas, como: treinamento para melhoria do trabalho; instalação de ar-condicionado. Tais promessas já completaram 2 anos de aniversário e, até agora, nada.

Por conta das péssimas condições de trabalho e pela estressante rotina do local, muitos servidores pedem afastamento ou são obrigados a se afastar, por conta de motivações físicas (doenças como LER, dor na coluna) ou por motivações psicológicas.

Em março de 2007, os trabalhadores da Central organizaram um abaixo-assinado pedindo

melhores condições de trabalho. Este documento, assinado por cerca de 3 mil pessoas, foi entregue em 17 de abril de 2007 para a Reitoria e até agora nada foi feito. As únicas mudanças que ocorreram foram por iniciativa dos próprios trabalhadores.

O SINDITEST-PR exige que sejam dadas melhores condições para quem trabalha na Central de Agendamentos. Não é mais possível viver sob as condições que hoje lá existem, sob pena de todos os trabalhadores se afastarem e/ou adoecerem. Observamos que isso ocorre em outras unidades também.

Sinditest-PR denuncia situação precária do HC! Direção do Hospital responde com perseguição política!



Desde o início da atual gestão, o SINDITEST-PR vem atuando também na defesa do caráter público e de qualidade do Hospital de Clínicas. Por conta disso, participamos do FOPS (Fórum Popular de Saúde), conforme explicado no último jornal, e temos feito diversas denúncias sobre o tamanho das filas de espera para consultas, do uso de estagiários como mão-de-obra barata, do uso das estruturas do Hospital - que são públicas - para benefício privado.

No último dia 7 de abril, distribuimos material alusivo ao "Dia Mundial da Saúde" alertando que nem trabalhadores, nem usuários do SUS, tinham algo a comemorar. A resposta da Direção do HC foi quase imediata: dia 17 de abril o servidor Bernardo Seixas Pilotto, que é diretor do sindicato, foi colocado à disposição e, por conta disso, foi proibido de trabalhar na Central de Agendamentos do HC, local onde tinha o público diretamente e onde o sindicato conseguia executar este trabalho de contato com os pacientes.

Embora existam alegações técnicas, alertamos para o fato de estarmos diante de uma perseguição política. Esta perseguição não é ao servidor Bernardo e sim ao sindicato e a categoria como um todo. Desde então, diversas entidades e movimentos demonstraram seu repúdio a esta atitude do HC, através de moções enviadas à Direção Geral à Reitoria.

Junto a isso, o SINDITEST-PR entrou com uma ação judicial contra a chefia pela reintegração do servidor na Central de Agendamentos. Alertamos também que o SINDITEST-PR disporá seus instrumentos jurídicos e de divulgação no caso de haverem outras perseguições como esta dentro da UFPR e UTFPR.

Algumas entidades e/ou movimentos que já enviaram moção de apoio ao servidor Bernardo Pilotto: Sindsaúde-PR, SindiPrevs, ASSIBGE-SN, CAHS-UFPR, DCE-UFPR, PSOL, FOPS, DCE-Unicamp, CAF-UFPR, ANDES-SuI, ASSINCRA-PR, ASSUFRGS, CAP-UFPR, Vamos à Luta/FASUBRA.

Para Pensar

. A gestão "Sindicato Para Todos" continua sem resposta sobre o pedido de liberação de alguns membros da diretoria. A diretoria anterior teve 8 membros liberados nos primeiros dias de gestão.

. A portaria nº 4 de 29 de abril de 2008 desvincula o HC (Hospital das Clínicas) da UFPR, criando uma unidade gestora do hospital. Como vai ficar o vínculo empregatício dos funcionários FUNPAR ? E dos funcionários Reitoria lotados no HC?

Informes da CIS

Com base em interpretação de outras instituições em relação à progressão por capacitação (ex: UFF) que, diante de um certificado de carga horária correspondente ao nível 4 conseguem progressão direta do primeiro para o último nível, a CIS formulou ofício para que o mesmo entendimento fosse adotado na UFPR. Em 20 de setembro de 2007 enviou ofício à Procuradoria Federal, da qual obteve parecer favorável. O processo retornou à CIS, depois à PRHAE e, finalmente à Procuradoria. Em 10 de março deste ano, o Reitor deu parecer favorável à solicitação da CIS. Os pedidos de progressão por capacitação abertos a partir de setembro de 2006 serão revistos.

Quem tiver dúvidas pode ligar para a CIS no telefone: 3360 – 5084.

Mais informações: www.cis.ufpr.br

1º de maio: Dia Internacional dos Trabalhadores

As duas maiores centrais sindicais do Brasil, CUT (Central Única dos Trabalhadores) e Força Sindical, comemoraram o Dia Mundial do Trabalho de uma forma "interessante". Os eventos contaram com a presença de artistas da música pop brasileira, além do sorteio de prêmios, o que não é nenhuma novidade, pois nos últimos anos, essa tem sido a forma adotada por estas centrais. A novidade é a principal reivindicação pauta deste ano: Redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais.

Atualmente, o Brasil tem uma das maiores jornadas de trabalho do mundo, o que contraria aquela visão de que "o brasileiro é vagabundo, trabalha pouco, enquanto outros países alcançaram o desenvolvimento por ter uma população trabalhadora, o Brasil continua atrasado porque aqui ninguém trabalha", quem nunca ouviu algo parecido com isso? Só a título de exemplo, na França a carga horária semanal é de 36,8 horas semanais, na Espanha, 35, na Alemanha, 40,3.

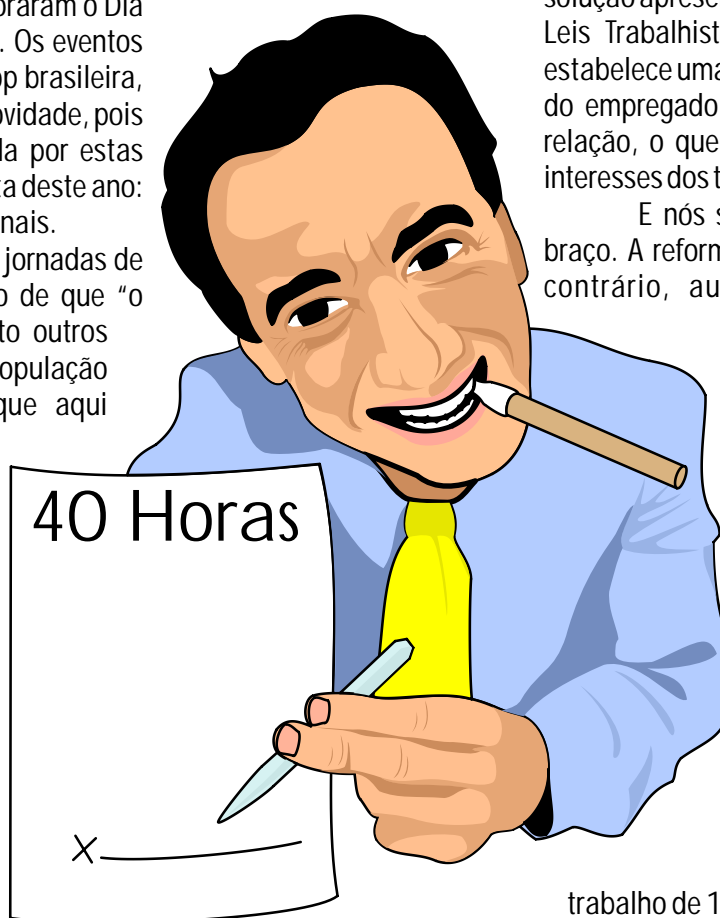
Porém, se por um lado, essas centrais parecem lutar pela conquista de mais direitos para a classe trabalhadora, é necessário olhar um pouco mais de perto esta questão. Na mesma semana do 1º de maio, o Ministro de Assuntos Estratégicos do Governo Lula, Roberto Mangabeira Unger, em conjunto com as mesmas centrais sindicais, soltou um documento com o título "Diretrizes a respeito da reconstrução das relações entre trabalho e o capital no Brasil".

Este documento aponta como objetivo um modelo que amplie oportunidades, promova o crescimento econômico inclusivo e o aumento da produtividade. E é aqui que a questão ganha relevância, para chegar a tal modelo, a flexibilização das leis trabalhistas em conjunto com a reforma do regime sindical é a

solução apresentada, mas o que isso significa? A CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas), que regula a relação entre Capital e Trabalho, estabelece uma série de deveres do empregador, assim como os direitos do empregado. Flexibilizar as leis trabalhistas significa alterar essa relação, o que só pode ser feito de duas maneiras: ou avançam os interesses dos trabalhadores ou dos empresários.

E nós sabemos de que lado o governo está nesta queda de braço. A reforma da previdência não ampliou nenhum direito e, pelo contrário, aumentou o tempo de trabalho necessário para aposentadoria. Os banqueiros nunca lucraram tanto quanto no último ano. A agricultura familiar perde cada vez mais espaço para o agronegócio, que recebe grandes incentivos em detrimento da reforma agrária. A política de impostos penaliza principalmente os trabalhadores, pois pagamos muito mais impostos que os empresários. O salário mínimo é deprimente, e perde seu valor real dia-a-dia. É inviável relatar todas as medidas que privilegiam o capital, mas os exemplos acima já nos dão a clareza de que o Governo Lula está ao lado dos interesses dos empresários.

O dia 1º de maio homenageia os trabalhadores que em 1986, durante uma greve geral em Chicago, foram duramente reprimidos pela polícia. Eles protestavam contra as condições desumanas de trabalho e pela redução da jornada de trabalho de 13 para 8 horas diárias. Conhecendo a história, tiramos a lição de que não há conquista que não seja fruto da luta dos trabalhadores. Não é com festas e prêmios que vamos melhorar a vida dos brasileiros, como fazem as duas maiores centrais sindicais, que traem a luta do povo, pois, se a flexibilização acontecer, todos os direitos, inclusive as "40 horas", estarão ameaçadas.





Especial

SINDITEST-PR

janeiro . fevereiro . março . 2008

Assumimos o Caixa do SINDITEST-PR no dia 07 de janeiro, com o valor de R\$ 37.035,89 em contas bancárias e mais R\$ 108,00 em dinheiro. Sendo que, no mesmo dia, foram descontados cheques no total de R\$ 9.997,13. Restando em conta, ao final do dia 07/01 o valor de R\$ 27.038,76.

Além desses valores, assumimos dívidas a pagar: Pleno Card, entre outros cheques pré-datados, sem falar das contas normais como água, luz, telefone e direitos sociais dos funcionários, todas em atraso. Só para o Pleno Card, o SINDITEST-PR devia R\$59.422,95. Porém, até hoje aparecem Convênios do Pleno Card cobrando débitos de 2007 e alegando não ter recebido. Mesmo assim, a nova gestão quitou a dívida inteira com o Convênio e cancelou o Cartão.

O Sindicato vêm honrando os compromissos, mesmo os assumidos nas gestões anteriores no que se refere ao financeiro (arquiteto, FASUBRA, Receita Federal, Ação Trabalhista, etc) salvo, no caso do telefone da TIM. O SINDITEST-PR mantinha contrato com a TIM para disponibilização de 14 (quatorze) celulares, destes, sete para diretores da antiga gestão. O gasto mensal com essas linhas era de aproximadamente R\$3.000,00 (três mil reais).

Prestação de Contas

Apesar de saírem do sindicato, três diretores continuaram utilizando as linhas e não devolveram os aparelhos à entidade. Diante disso, o contrato foi cancelado e hoje, questionamos na justiça a multa no valor de mais de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais). E, se a TIM não cancelar a multa, cobraremos, na justiça, dos legítimos devedores, ou seja, da diretoria anterior.

Queremos dizer ainda, sobre a referida prestação de contas, que o Conselho Fiscal eleito



Cópia do cheque sem-fundos emitido pela gestão anterior, devolvido pelo Banco referente à parte do pagamento Pleno Card.

recentemente já foi convocado, para apresentarmos as contas do primeiro trimestre de 2008.

Em relação às contas da gestão Novos Tempos, o Contador se comunicou com o Conselho Fiscal anterior para fechar as contas de 2006 e 2007. Este Conselho se responsabilizou por convocar o Ex-Presidente do SINDITEST-PR, José Carlos Assunção Belotto para dar fim neste episódio. Enquanto isso não acontece, é impossível afirmarmos a utilização dos recursos arrecadados no período em questão, inclusive Fundo de Greve. Esta documentação está de posse do Contador que, não havendo o comparecimento da Diretoria anterior ameaça devolvê-la ao Sindicato. Diante desse episódio, esta documentação se encontra parada sem nenhuma solução contábil no referido escritório. Alega o contador que a análise das contas é dificultosa por falta de documentação. Por outro lado, afirmamos que a conta bancária aprovada em Assembléia para que a ex-diretoria depositasse o fundo de greve, nunca foi aberta.

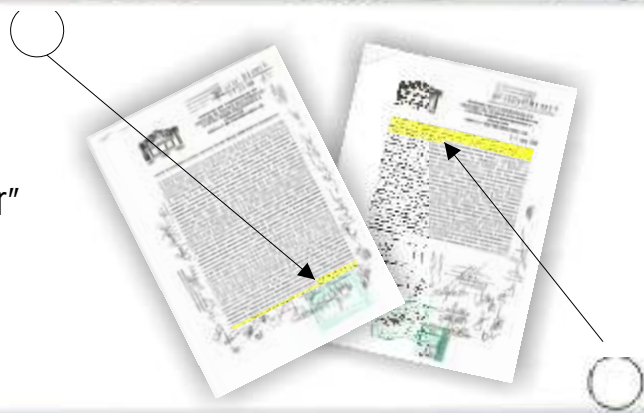
Sem fazer pré-julgamentos do resultado contábil, nós, como todos os filiados, estamos aguardando ansiosamente o desfecho.

E a Besta do Belotto ?

O carro adquirido pelo sindicato durante a gestão passada foi comprado em nome do então presidente, José Carlos Assunção Belotto que, ao dar posse a esta diretoria, assumiu a dívida e a posse do veículo. Por isso, a "Besta" do Belotto não faz mais parte dos bens do SINDITEST-PR. Confira abaixo, cópia do documento que comprova a negociação, e garante que Belotto devolverá o dinheiro que saiu dos cofres do sindicato para pagamento das parcelas do carro.

a respeito da transação da troca de veículo da Entidade Sindical. Observação: Entendendo que não houve má fé na transação conforme narrado em documento anexo, mas devido à dificuldade

Ata de Posse da Gestão 2008/2009
"Sindicato Para Todos -Oposição Prá Valer"



de transferência do veículo para o nome do Sinditest-Pr ficou acordado que o Sr. José Carlos Assunção Belotto continue com a posse do veículo e num prazo de seis meses, a partir da data de hoje, devolva aos cofres do Sindicato os valores referentes à entrada mais o relativo a seis prestações saldas até o dia de hoje. Informou também acerca das despesas

Colocando a Casa em Dia

Estamos realizando a primeira apresentação de demonstrativo financeiro do primeiro trimestre da Gestão Sindicato Para Todos – Oposição Pra Valer (ainda não analisado pelo Conselho Fiscal). Enfatizamos ainda que, o demonstrativo publicado ao lado, é o cumprimento de uma das promessas de campanha: a transparência financeira.

Até agora, do total arrecadado – R\$ 185.559,93 – gastamos R\$ 65.308,87 para pagamento de contas anteriores. Ou seja, 1/3 (um terço) da arrecadação trimestral deste ano foi utilizada para limpar o nome da entidade “na praça”. Porém, ainda falta regularizar algumas situações, tais como: Receita Federal, SIAPE, TIM, Ações Trabalhistas da reforma da Sede de Itapoá e outras.

Objetivamos, nesse período, melhorar as condições de trabalho da sede administrativa, garantindo satisfação no atendimento aos filiados: revitalização da secretaria do SINDITEST-PR, substituição de equipamentos de informática (os deixados pela antiga gestão não possibilitavam nem a atividade da assessoria jurídica). Também adquirimos um novo veículo, já que a besta ficou com o ex-presidente. Compramos uma “PARATI”, modelo 2008, 0 Km, financiada pela Volkswagen em uma entrada mais seis parcelas (última parcela será paga em agosto de 2008).

Quitada a dívida com o Pleno Card, oferecemos aos filiados, desde fevereiro, o sistema de Cheque-Convênio, que ainda está em expansão. Confira a lista de convênios no site.

Apesar de todas as dificuldades, conseguimos economizar, no primeiro trimestre, um valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais). Futuramente, cumpriremos a decisão da categoria aprovada em assembléia, de venda da chácara. Com o valor dessa transação poderemos regularizar a sede administrativa e pendências judiciais (Nishifarma).

Reafirmamos que a prioridade desta gestão é financiar a luta da categoria e regularizar nossa entidade.

DEMONSTRATIVO FINANCEIRO DOS TRÊS PRIMEIROS MESES DA GESTÃO SINDICATO PARA TODOS - OPOSIÇÃO PRA VALER

	JANEIRO (a partir de 08/01/08)		FEVEREIRO		MARÇO	
	ENTRADA	SAÍDA	ENTRADA	SAÍDA	ENTRADA	SAÍDA
Mensalidades:	4.153,87		51.949,75		52.028,55	
UFPR Ativos/Inativos	4.153,87		47.417,84		47.489,44	
Pensionistas	0,00		846,03		865,69	
FUNPAR	0,00		3.535,69		3.547,70	
UTFPR (repasse)	0,00		40,34		31,37	
Outros órgãos	0,00		109,85		94,35	
Outras Receitas:	12.008,65		32.948,87		5.431,48	
Convênios	5.790,65		26.258,51		0,00	
Estornos recebidos	0,00		6.270,36		3.976,48	
Aluguel Itapoá	5.731,00		420,00		1.180,00	
Aluguel Salão	125,00		0,00		275,00	
Reembolso de Despesas	362,00		0,00		0,00	
Despesas com Pessoal:		7.102,93		14.730,32		15.057,84
Salários		5.780,68		6.166,23		7.884,35
Recisões		0,00		3.666,00		0,00
Auxílio-alimentação		0,00		1.459,33		2.224,57
Vale-transporte		774,32		890,30		297,46
Assistência Saúde		0,00		458,41		0,00
INSS		0,00		1.636,21		3.134,20
FGTS		431,58		402,64		1.517,26
PIS sobre Folha de Pgto		116,35		51,20		0,00
Despesas Administrativas:		1.816,35		1.776,21		2.331,63
Material de Consumo		0,00		0,00		
Combustível		85,00		60,00		260,01
Despesas Postais		92,70		119,60		544,81
Cartório		68,50		175,80		61,55
Copa		651,20		230,97		0,00
IPTU:						
Sede Administrativa		0,00		669,99		0,00
Sede Itapoá		92,40		0,00		0,00
Chácara		0,00		0,00		0,00
Dr. Faivre		0,00		0,00		0,00
Seguros		0,00		0,00		695,36
Material de Escritório		746,55		435,85		685,90
Segurança		80,00		84,00		84,00
Despesas Fixas		1.891,78		3.848,25		5.917,06
Telefone:						
Sede Administrativa		764,64		1.011,25		1.001,58
Sede Itapoá		124,21		125,11		97,23
Energia Elétrica:						
Sede Administrativa		373,16		290,58		291,78
Sede Itapoá		0,00		1.036,18		1.068,11
Chácara		0,00		46,40		53,00
Dr. Faivre		0,00		0,00		0,00
Água e Esgoto						
Sede Administrativa		57,44		190,52		93,70
Sede Itapoá		429,95		0,00		0,00
Chácara		0,00		22,26		21,40
Dr. Faivre		0,00		0,00		0,00
Despesas Bancárias		142,38		714,79		287,10
FASUBRA mensalidade		0,00		0,00		2.592,00
DIEESE		0,00		411,16		411,16
Aquisição de Bens		464,70		9.442,26		8.688,06
Compra de Veículo				7.299,90		5.886,26
Equipamentos de Informática				1.337,90		2.724,00
Bens de Pequeno Valor		464,70		804,46		77,80
Despesas com Manutenção e Conservação		892,13		3.732,67		1.415,66
Reformas e Reparos:						
Sede Administrativa		552,00		3.166,50		0,00
Sede Itapoá		0,00		0,00		0,00
Despesas com Chaveiro		242,00		278,00		17,00
Manutenção de Equipamentos		0,00		0,00		632,40
Material de Limpeza:						



Jonas de Souza Pinto - Tesoureiro do SINDITEST-PR





. "Posso ser um fiasco, mas posso ganhar", Carlos Augusto Moreira Junior;

. A UFPR ainda não aprovou um instrumento para o Programa de Avaliação de Desempenho dos Servidores TA 'S. Você já calculou quanto está perdendo, por não ascender na progressão por mérito?

. O governo cumpre todos os seus acordos com o FMI e o Banco Mundial, inclusive dentro dos prazos estipulados e sem reclamar. Mas para cumprir o acordo de greve firmado ano passado, há cinco meses está nos enrolando para honrar o compromisso.

Portaria do MEC volta a ameaçar Hospital de Clínicas

Em 02 de maio de 2008, o MEC publicou portaria que opera alterações na gestão dos hospitais universitários, rumo à privatização. A Fundação de Direito Privado volta a ameaçar os trabalhadores do HC.

O QUE ISSO SIGNIFICA?

Fundação de Direito Privado é: Pegar o HC, que foi todo construído com dinheiro do povo, que é um hospital referência em várias áreas - por exemplo o transplante de medula óssea - muito bem equipado e com quadro profissional qualificado, e entregar para as máfias dos planos de saúde. Ou seja, transformar saúde em mercadoria através da exploração dos

- Será que isto facilitaria a implantação das 8 horas?
- Por que será que o hospital já tem novo CNPJ para fazer suas compras, controlando assim sua receita separada da UFPR?
- Por que será, que apesar do nosso diretor reclamar à imprensa quase todos os dias a falta de recursos financeiros e de pessoal, vemos tantas obras dentro do HC?
- Por que será que muitas dessas obras já estão prontas, mobiliadas e de portas lacradas?
- Por que será que a pressão e a prática do assédio moral aumentou sobre funcionários?
- Por que será que diretores do SINDITEST, da gestão passada, que eram do HC não retornaram para lá, mesmo com a falta de funcionários?



trabalhadores e excluindo o cidadão carente que hoje é o maior usuário.

Funcionários? Alunos? Usuários? Seremos fantoches deste sistema até o momento que a eles interessar.

30 horas? Plano de cargos e carreira? Esqueçam. Só seremos usados por um determinado período e depois ficaremos a disposição. E ainda nem sabemos de quem. Agora, o velho golpe vem com uma nova maquiagem, um novo nome: Desvinculação dos HU's (Hospitais Universitários) da IFES.

PENSE:

- Por que será que o Sr. Giovanni Loddo pediu, através do Ministério Público, um novo cadastro de acúmulo de cargos?
- Por que será que a Direção do HC está fazendo um levantamento de horas-extras?
- Por que será que querem saber quem tem dois vínculos empregatícios?

- Será que eles, por serem todos do mesmo grupo político do Reitor-Candidato, já sabiam destas mudanças?
 - Quem vai pagar os funcionários FUNPAR se as fundações de apoio não poderão mais receber recursos do Hospital?
 - Por que será que o hospital está substituindo tantos funcionários por estagiários?
- Então companheiro, agora mais do que nunca é hora de somarmos forças e nos unirmos. Pois, toda conquista que tivemos até hoje dentro desta instituição só foi possível assim.

É hora de dizer não!

Pois estas mudanças afetarão todo o nosso futuro como funcionários, seja RJU ou CLT. Saúde não se vende, é uma obrigação constitucional do Estado.

O SINDITEST-PR, gestão "Sindicato Para Todos", não vai fugir desta luta. Juntos escreveremos mais um capítulo de vitória na história desta instituição.

REITOR-CANDIDATO DEIXA A REITORIA E ESQUECE DA DEMOCRACIA: NÃO CONVOCA NOVA CONSULTA À COMUNIDADE UNIVERSITÁRIA

Há quase cinco meses da eleição, a comunidade universitária recebe a informação (Edição 2/Maio de 2008 do Jornal Comunicação) de que o Reitor se afastará definitivamente para concorrer às eleições municipais deste ano, como candidato a Prefeito pelo PMDB. Candidatura que encontra rejeição dentro do partido mas se mantém pelo apoio do padrinho, o Governador Roberto Requião.

Para suceder o Reitor-Candidato, a Reitoria optou por deixar a Vice-Reitora no cargo. Moreira Junior, que se reelegeu com uma vantagem mínima na última eleição, com várias denúncias de irregularidades sobre sua campanha, o que colocou a divulgação do resultado final pela Comissão Eleitoral em suspeita - comissão aliás, que nunca encerrou seus trabalhos, pois o Reitor foi empossado sem que a comissão liberasse oficialmente o resultado - agora, o Reitor-candidato tenta impedir que a comunidade universitária possa escolher de forma democrática seu novo dirigente.

Deve-se ressaltar que a lista tríplice encaminhada ao MEC (Ministério da Educação e Cultura) para que seja designado o Reitor das Universidade Federais, não se refere ao cargo de Vice-Reitor, este nome é indicado pelo Reitor empossado. Assim, como pode a Vice-Reitora assumir a Reitoria, se em nenhum momento a comunidade universitária opinou sobre seu nome para chefiar a Reitoria?

O SINDITEST-PR exige a convocação de uma nova consulta à comunidade universitária, pois, essa passagem de cargo apenas reafirma a natureza autoritária da gestão Moreira.

Consulta à Comunidade Universitária Já!



Informes Jurídicos*

* Ação dos 28% dos militares e 3,17%

A Assessoria Jurídica do SINDITEST/PR através do Escritório Mauro Cavalcante de Lima, Paulo Henrique Vieira & Wagner Advogados Associados esclarece que continuam sendo liberados valores das execuções dos 3,17% e dos 28,86% dos militares.

Na maioria das vezes, são decorrentes de valores incontroversos que após muitas discussões judiciais em diversas instâncias, garantiu-se o recebimento.

Não é possível precisar as datas das liberações desses valores perante a Caixa Econômica porque, em certas situações, existem dificuldades burocráticas. Comunicamos ainda que a liberação de alguns valores ainda está suspensa porque estão sendo descontadas parcelas do PSSS. Para isso é necessário que a procuradoria federal intervenha nos autos e informe o valor respectivo. Em face de recente Greve dos Procuradores Federais houve atraso em algumas liberações. Maiores esclarecimentos diretamente junto ao Escritório de Advocacia, através do telefone: (41)3223-1050 ou mesmo pelo site www.cvw.adv.br.

É de suma importância que os servidores mantenham seus cadastros atualizados na página do escritório a fim de manter contato caso seja necessário algum documento para facilitar a liberação. Os andamentos dos processos podem ser acompanhados na página do escritório na CONSULTA PROCESSUAL, para cadastrados, ou diretamente no site da justiça federal em www.jfpr.gov.br.

* Ação dos 14,23% - Nova Ação

O SINDITEST/PR aprovou no último dia 30 de abril, junto a UFPR e a UTFPR a interposição de medida judicial dos 14,23%, com base nas Leis 10.697 e 10.698/2003, através de Assembléia Geral da categoria dos técnicos-administrativos ocorridas no ANFI 100 da UFPR e no Auditório da UTFPR. O índice surgiu com a edição das leis 10.697/2003 e 10.698/2003, sendo que a concessão da VPI – vantagem pessoal inominada – para algumas categorias de servidores, representou um reajuste velado de até 14,23%. A Constituição Federal, no artigo 37, X, não permite a concessão de reajustes diferenciados para os Servidores Públicos Federais. Em que pese algumas decisões de primeiro grau contrárias aos interesses dos servidores os Tribunais Superiores – STJ e STF ainda não se manifestaram sobre o mérito desta matéria. Porém como a tese é sustentável, o SINDITEST está implementando o ajuizamento dessa ação. Estarão sendo disponibilizadas as procurações para esta medida judicial no SINDITEST/PR.

* Insalubridade – Conversão de Tempo de Serviço

A PRHAE está promovendo a emissão dos PPP – Perfil Profissiográfico Previdenciário dos servidores

técnicos administrativos da UFPR. Tal procedimento nada mais é do que o cumprimento da Orientação Normativa nº 03 e 07/2007 emitida pelo Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão – MPOG do Governo Federal. A portaria estabelece que: “O servidor público que exerceu, como celetista, no serviço público, atividades insalubres, penosas e perigosas, no período anterior à vigência da [Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990](#), tem direito à contagem especial de tempo de serviço para efeito de aposentadoria. Cada ano trabalhado nessa condição é contado como 1.4 para homens e 1.2 para mulheres.

Para o período depois de 1990 há a necessidade da regulamentação do artigo 40, § 4º, da Constituição Federal. Estamos estudando a possibilidade de ajuizar, Mandados de Injunção diretamente no STF para os interessados, a fim de que o período posterior também seja considerado para estes fins. Servidores, que receberam insalubridade até 1990 podem preencher o formulário do PPP disponível na página da PRHAE e abrir processo na PRAHE para a recontagem.

* Ação Insalubridade - Modificação Adicional (retroativo)

Encontra-se em análise a propositura de Ação Judicial que visa o pagamento retroativo dos valores devidos pela UFPR a título de adicional de insalubridade, na medida em que a autarquia promoveu através de Portarias específicas a regularização de uma série de servidores no que tange aos percentuais corretos a serem considerados.

Embora regularizado o adicional a partir do reconhecimento administrativo, não houve o pagamento dos atrasados a que os servidores fazem jus. Há a necessidade de movermos ação judicial ou mesmo administrativa para garantir o pagamento ao menos do retroativo dos últimos cinco anos contados do reconhecimento. É necessário que todos aqueles que tiveram a situação regularizada se cadastrem e informem ao sindicato a fim de que seus nomes sejam incluídos em medida judicial a ser interposta.

Balanco dos Atendimentos aos Servidores da UFPR e da UTFPR

Desde o início das atividades pela Assessoria Jurídica CVW junto ao SINDITEST/PR a mesma vem realizando uma série de serviços junto aos servidores técnicos administrativos da UFPR e UTFPR. Tais serviços estão consubstanciados em atendimentos à categoria, através dos plantões às 2ª. e 4ª. feira na UFPR das 09h00 às 12h00 e 4ª. feira das 14h00 às 17h00 na UTFPR, além das viagens, assembleias, reuniões com a diretoria, etc.

Em virtude da demanda de atendimentos, que já ultrapassou a casa dos 350 servidores atendidos em dois meses e meio, na UFPR e UTFPR, avaliamos a possibilidade ampliar os plantões junto ao atendimento do SINDITEST/PR.

* Defesa em PAD não Precisa de Advogado

STF (Supremo Tribunal Federal) decide que

não é obrigatória defesa elaborada por advogado em processo administrativo disciplinar. Em votação unânime, o STF aprovou, em 07 de maio de 2008, estabelece que, PAD é dispensável a defesa técnica por advogado.

* Trabalhadores do Regime Geral da Previdência Não Precisam Mais de Idade Mínima Para se Aposentar

Idade mínima não pode mais ser exigida com o tempo de contribuição para a concessão de aposentadoria voluntária integral por tempo de serviço no Regime Geral da Previdência Social. O entendimento foi pacificado pela Turma Nacional de Uniformização da Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais (TNU) em sessão realizada no dia 24 de abril de 2008. O relator da matéria, juiz federal Edilson Pereira Nobre Júnior, explicou que a Emenda Constitucional 20/98 ofertou aos segurados já filiados à Previdência antes de 16 de dezembro de 1998 uma regra de transição com idade mínima de 53 anos para homem e 48 para mulher. Mas, para quem ingressa no sistema após a emenda, é possível aposentar-se com 35 anos de contribuição (homens) e 30 anos (mulher), independentemente do requisito etário, conforme o artigo 52 da Lei 8.213/2001, que trata da aposentadoria. "Com a derrubada do dispositivo que previa a idade mínima nas regras permanentes e sua manutenção apenas na regra transitória, criou-se uma situação esdrúxula, especialmente diante da possibilidade de opção pela aposentadoria de acordo com a regra permanente ou temporária", disse o juiz.

Se optar pela regra temporária, o segurado necessita atender ao requisito de idade mínima e do pedágio. Já pela regra permanente, não há idade mínima nem pedágio. A decisão uniformiza a jurisprudência entre as turmas recursais do país para que prevaleça o entendimento de que não se faz necessária, para a concessão de aposentadoria voluntária integral por tempo de serviço/contribuição pelo Regime Geral da Previdência Social, a exigência de idade mínima concomitante ao tempo de serviço. A assessoria jurídica analisa a decisão a fim de que se busque a possibilidade da extensão para os servidores regidos pelo RJU.

PLANTÕES COM HORÁRIO MARCADO



SINDITEST/PR: Dr. Paulo Henrique Vieira
2ª. Feira e 4ª. Feira das 09h00min às 12h00min
SINDOCEFET/PR: Dr. Juliano Locatelli
4ª. Feira das 14h00min às 17h00min

Escritório de Advocacia Mauro Cavalcante,
Paulo Vieira e Wagner Advogados Associados
Rua Visconde do Rio Branco, 1630, 14º. Andar
Centro Empresarial Glaser – Curitiba/PR. CEP. 80.420-210
Fone/fax: (55 – 41 – 32231050)e-mail/site:
cvw@cvw.adv.br/www.cvw.adv.br

Acordo Coletivo FUNPAR 2008/2009

A Comissão de negociação do ACT 2008/2009 já participou de três reuniões da mesa de negociação com os representantes patronais, iniciada em 28 de abril de 2008. Até agora, aproximadamente 50% do acordo já foi discutido e aprovado; a maioria das cláusulas manteve a redação e algumas foram alteradas.

No atual momento, a mesa de negociação debate as cláusulas sociais que, há princípio, não tem acordo com os representantes patronais. A proposta de reajuste patronal será feita pelo Diretor-Geral Giovanni Lodo nas próximas reuniões. Mesmo assim, a FUNPAR já garantiu a data-base para 1º de maio.

A seguir, elencamos as cláusulas que mais interessam à categoria:

REAJUSTE DE 20,14% (9,21% de aumento real e o restante de perdas históricas)

CLÁUSULA 26ª: REAJUSTE SALARIAL

Os salários dos empregados da FUNPAR lotados no HC da UFPR e integrantes das categorias profissionais representadas pelo SINDITEST-PR, serão reajustados em 1º de maio de 2008, no percentual de 20,14% (Sendo 9,21% referente ao reajuste do salário mínimo, e o restante referente às perdas acumuladas nos últimos onze anos), a incidir sobre o valor dos salários do mês de abril de 2007.

FÉRIAS DE 45 DIAS PARA MAIS DE 10 ANOS DE SERVIÇO

CLÁUSULA 30ª: CONCESSÃO DE FÉRIAS

Férias ampliadas

Aos empregados que contam com mais de 10(dez) anos de serviço, será assegurado o gozo das férias ampliadas para 45 (quarenta e cinco dias)

Gratificação de Férias

Fica assegurado o abono de férias a razão de 50% do salário normal, a ser paga na concessão das férias e ou na rescisão do contrato de trabalho.

Férias Coletivas

A FUNPAR, quando conceder férias coletivas, não poderá exigir sua compensação ou desconto.

AUMENTO DO PRAZO DE AVISO PRÉVIO

CLÁUSULA 33ª: AVISO PRÉVIO

O aviso prévio devido pelo empregador ao empregado será de:

- 30 (trinta) dias, para empregados com até 5 anos de trabalho;.

- 35 (trinta e cinco) dias, para empregados entre 5 e 10 anos de trabalho;

- 45 (quarenta e cinco) dias, para empregados entre 10 e 15 anos de trabalho;

- 60 (sessenta) dias, para empregados entre 15 e 20 anos de trabalho;

- 90 (noventa) dias, para empregados com 20 anos ou mais de trabalho;

§ 1º - No caso de rescisão sem justa causa, será dispensado o cumprimento do aviso prévio, mediante o pagamento da respectiva indenização.



Debate com Jorge Luiz Martins: A união da categoria faz a diferença na mesa de negociações.

§ 2º - No caso de pedido de demissão o aviso prévio será de 30 dias independentemente do tempo de trabalho.

**100% SOBRE A HORA NORMAL
(para qualquer dia)**

CLÁUSULA 44ª: ADICIONAL DE HORAS EXTRAS

O adicional de horas extras será de 100% (cem por cento) sobre o pagamento da hora normal.

§ Único: O adicional de horas extras aos sábados, domingos e feriados será de 150% sobre o pagamento

de hora normal.

INSALUBRIDADE SOBRE SALÁRIO BASE

CLÁUSULA 45ª: ADICIONAL DE INSALUBRIDADE

Os funcionários que trabalhem em locais insalubres ou em contato com substâncias tóxicas e radioativas, fazem jus a um adicional de 10% para o grau mínimo de insalubridade e de 20% para o grau máximo, calculado sobre o salário base percebido.

§ Único: O adicional relativo à periculosidade será remunerado na forma da lei.

VALE-ALIMENTAÇÃO DE R\$ 13,00

CLÁUSULA 46ª: ALIMENTAÇÃO

Será fornecido gratuitamente aos empregados, lanche de boa qualidade nutricional no seu período de trabalho, sendo que referida parcela, em hipótese alguma configurará salário in natura.

§ 1º - A partir de 1º de maio de 2008, a FUNPAR concederá mensalmente 22 (vinte e dois) vales alimentação/refeição, conforme opção do próprio empregado, no valor de R\$13,00 (treze reais), sendo descontado do trabalhador o percentual de 5% (cinco por cento) para o funcionário que recebe até R\$ 1.000,00, e de 10% (dez por cento) para os funcionários que recebem acima de desse salário, sobre o valor total dos vales.

LICENÇA-MATERNIDADE DE 180 DIAS

CLÁUSULA 57ª: LICENÇAS ESPECIAIS

Serão concedidas licenças especiais remuneradas nos casos e pelos prazos seguintes:

a) Licença maternidade de 180 (cento e oitenta) dias, sem prejuízo de emprego ou salário, nos termos do artigo 7º, inciso XVIII da CF/88 e da legislação previdenciária vigente.

b) Licença maternidade à empregada que adotar ou obtiver guarda judicial para fins de adoção de criança, nos termos da Lei 10.421, de 15 de abril de 2002, que alterou a CLT, da seguinte forma: no caso de adoção ou guarda judicial de criança até um ano de idade, o período de licença será de 180 (cento e oitenta) dias; no caso de adoção ou guarda judicial de criança a partir de um ano até quatro anos de idade, o período de licença será de 60 dias; no caso de adoção ou guarda de criança a partir de 4 anos e até 8 anos será de 30 dias. Ficando em todos os casos condicionada a concessão da licença à apresentação do termo judicial de guarda à adotante ou guardiã.

Entrevista do mês*

Jorge Luiz Martins, o Jorginho, começou sua vida profissional como sapateiro, logo, tornou-se presidente do sindicato dos sapateiros de Franca-SP. Foi dirigente da CUT e hoje atua como advogado trabalhista no sindicato dos químicos de Campinas. Experiente militante do movimento sindical, ele foi convidado pelo SINDITEST-PR para debater o “Acordo Coletivo Funpar-2008/2009”. Aproveitamos o momento para conversar com ele sobre Brasil, movimento sindical e esperanças.



Entrevistadoras: Carla Cobalchini e Fernanda Cristine Nogueira

Hoje, como você avalia o movimento sindical e os movimentos dos trabalhadores do Brasil?

Jorginho: Na verdade, no Brasil nós conseguimos retardar um pouco esse processo de transferência das coisas do Estado, ou das responsabilidades do Estado para a iniciativa privada. Em vários países esse processo se adiantou muito mais. Haja vista, que em vários países hoje, já não existe nem mais luta pela resistência, é uma luta pela sobrevivência, quer dizer, não tem mais Estado para se defender. Então é um processo brutal de “transferência de responsabilidades do papel do Estado para a iniciativa privada”, no caso específico dos Hospitais Públicos, o que o governo quer e os grandes grupos querem é a transferência das grandes estruturas que o Estado construiu, como os hospitais públicos, para a iniciativa privada, para os grandes planos de saúde poderem explorar a saúde, o que foi feito mais ou menos paralelo com as rodovias. Então, os governos passados transferiram as rodovias para serem exploradas pelo pedágio. Aí a iniciativa privada só teve o trabalho de colocar as praças de pedágio para explorar. O mesmo querem fazer com a saúde pública, ou seja, passar os grandes hospitais para os grandes convênios privados, para serem explorados, e aí, qual é a consequência dessa política? É que aí só vai ser atendido nos hospitais, que hoje são públicos, aqueles que tiverem condições de pagar. Em suma, grande parte da população, que hoje depende do SUS, do tratamento ou do atendimento público, não terão a quem recorrer caso vingue essa política ou essa proposta de transferência ou privatização –disfarçada, mas é uma privatização - do serviço público e do HC. Isso é um crime que o atual governo e que os empresários estão tramando contra a população não só de Curitiba, mas de todos os hospitais públicos do país.

E no âmbito dos direitos trabalhistas especificamente, quais foram os principais ataques que a classe trabalhadora sofreu no último período em relação a perdas de direitos, ou mesmo na tentativa de não avançar para novos direitos?

Jorginho: Veja, na constituição de 1988 conseguimos alguns direitos básicos e mínimos, e que cotidianamente, de uma forma ou de outra, tem sido fraudados, por exemplo, a questão da redução da jornada de trabalho. Hoje, muitos trabalhadores estão morrendo de exaustão por trabalho, a questão das condições de trabalho, hoje muitas categorias sofrem de LER (Lesão por Esforço repetido), de depressão... Em razão do aumento do ritmo do trabalho. Nós tínhamos a convenção 158, que minimamente inibia a demissão arbitrária, hoje os empresários da iniciativa privada demitem a seu bel-prazer, quer dizer, eles não se preocupam com as questões sociais envolvendo as famílias, pois as

famílias dependem do emprego. Haja vista, que grande parte dos trabalhadores hoje, quando passam de 50 anos tem muita dificuldade de arrumar novos empregos. Então, as empresas privadas exploram o que há de melhor no seu bom momento da vida e, quando essas pessoas ganham experiência, e precisam trabalhar, elas são simplesmente trocadas por peças de reposição mais jovens, não que não se tenha que dar oportunidade para os jovens, mas hoje, infelizmente, quem já trabalhou 20 ou 30 anos dentro de uma empresa ou dentro de um setor é muito pouco valorizado. Infelizmente, tem ocorrido isso, e isso precisa ser revertido.

Com relação a organização dos trabalhadores, que na década de 80 foi fortalecida pela CUT (Central Única dos Trabalhadores), hoje nós vemos o apoio da CUT a ações do governo que prejudicam os trabalhadores. O que aconteceu com a Central?

Jorginho: A CUT rompeu com seus princípios fundadores. Na verdade, a CUT foi uma experiência linda, muito importante, muito poderosa, mas ela esqueceu de um princípio básico: ter autonomia em relação aos partidos políticos, ao governo e aos patrões. Hoje, infelizmente a CUT se transformou apenas numa homologadora de todas as políticas do governo federal, ou seja, no braço político do PT, e mais do que do PT, do governo Lula. Isso foi um desastre muito grande para os trabalhadores. Por quê? Porque a partir dessa adesão da CUT ao governo, pois se confunde muito com o governo hoje, vários dos direitos dos trabalhadores historicamente conquistados, quer seja na constituição, nas convenções ou mesmo na CLT, estão ameaçados. É muito triste, no entanto, os trabalhadores começam a se organizar. Existem várias iniciativas no sentido de reorganização desse movimento, quer seja a Intersindical, a Conlutas ou outras iniciativas que estão buscando reagrupar os setores históricos fundadores da CUT para tentar reerguer as bandeiras, quer seja, em defesa dos direitos imediatos, quer seja em defesa dos direitos históricos da classe trabalhadora; quer seja dos trabalhadores da cidade, quer seja dos trabalhadores do campo, quer seja dos direitos e reivindicações do funcionalismo público. Então, embora a CUT tenha sido uma excepcional experiência, com a falência da CUT hoje, que não consegue mais unificar os trabalhadores ou representar os trabalhadores do país, também tem o lado positivo de os trabalhadores não se acomodarem, estão tentando buscar nesse momento reaproximar, reaglutinar todos os setores combativos, e que não capitularam, não se renderam a lógica do governo, a lógica neoliberal e não se conformaram com a “vitória”, vamos dizer assim, do grande capital, que lutam pra tentar reverter a situação de barbárie que vive a maioria dos trabalhadores brasileiros.

O desafio de reorganizar as forças vivas contra o projeto neoliberal. Os sindicatos conseguem cumprir esse papel? Qual o desafio do movimento sindical para avançar nessa resistência?

Jorginho: Os sindicatos tem um papel importante na luta mais imediata, econômica, de lutar por salários, para não permitir a retirada de direitos. No entanto, os sindicatos tem que cumprir também um papel conscientizador, pois existem várias formas que vão além do mundo do trabalho, além do salário. Uma delas é a participação política, nos partidos, quer seja nas eleições ou não, nas grandes mobilizações das causas populares. E não só os sindicatos, mas os partidos têm também essa tarefa. Nós acreditamos que os sindicatos não devem ter essa política de serem apolíticos, ou sectários com relação à política. Brecht dizia que não pode ser um analfabeto político, pois são nas decisões políticas, nas câmaras municipais, nas assembleias legislativas ou no congresso nacional ou no senado, que são discutidas todas as questões da sociedade brasileira, em especial, a destinação das verbas, dos recursos, então, a população, os homens de bem e as mulheres de bem têm também que se empenhar na disputa política, na luta política, ser sujeito ativo do processo de luta pela transformação e pela libertação dos trabalhadores do jugo e da exploração do grande capital.

Qual a principal tarefa dos sindicatos hoje e quais as maiores dificuldades?

Jorginho: É tarefa do sindicato, em primeiro lugar, organizar o local de trabalho, que os trabalhadores estejam organizados, porque uma diretoria de sindicato hoje pode fazer muito pouco, mas na medida que tem a sua base organizada participando, doando, obviamente que a força do sindicato se multiplica. Então, o principal do sindicato hoje é a sua diretoria? Também, mas o principal é ter uma base, ou seja, os trabalhadores conscientes participando enquanto sujeitos ativos dessa luta, quer seja por salário, quer seja por creche, quer seja por bônus alimentação ou salário alimentação, mas também pela estabilidade do emprego, que é uma das grandes bandeiras que os sindicatos hoje tem que ter para garantir que os trabalhadores não seja demitidos à revelia e a bel-prazer dos empresários ou do Estado.

*Na próxima edição, confira entrevista feita com Plínio de Arruda Sampaio. Professor, promotor, advogado, duas vezes deputado, ele é um dos mais importantes intelectuais brasileiros.



Demora do Governo em Assinar MP Angustia Servidores

Há um ano atrás, dia 27 de abril de 2008, os servidores técnico-administrativos das IFES entravam em greve reivindicando uma pauta que envolvia salários e a defesa da educação e saúde públicas. Ao final de 100 dias do movimento grevista, a mesa de negociação com o governo chegou a um acordo de greve que previa, entre outras pautas, a implantação de uma nova tabela de vencimentos com reajustes que variavam entre 20,84% e 82,72%.

Parecia que Acordo Assinado significava Acordo Cumprido. Mas, em janeiro deste ano, o governo ameaçou publicamente diversas categorias do serviço público de descumprimento dos acordos de reajuste. Justificava esses cortes com o fim da CPMF. Os servidores federais e, em especial os técnico-administrativos das IFES, fizeram paralisações e atos para pressionar o governo.

Finalmente, durante reuniões realizadas entre ministério do planejamento e servidores, o governo reafirmou o compromisso de assinar um instrumento legal, projeto de lei ou medida provisória, que garantisse o aumento para maio deste ano. Chegamos ao dia 12 de maio, e nada foi assinado até o momento.

A Direção da FASUBRA, reunida dos dias 01 a 05 de maio, deliberou por dar o prazo de 08 de maio para envio do instrumento legal ao Congresso. Caso contrário, indicava paralisação para os dias 14 e 21 de maio, e convocação de **Plenária** para debater essa pauta e a Portaria N° 4/MEC (Hospitais Universitários).

A tendência do governo, é de assinar uma medida provisória que abrangeria, a todo, reajustes de 15 categorias do serviço público. A FASUBRA teve acesso a uma parte da redação da MP que continha alterações. Um dessas alterações é um acréscimo de 12,38% com impacto em 2009 e 2010.

A outra alteração é a supressão de um princípio do nosso PCCTAE: o step constante, ou seja, a diferença percentual entre um padrão de vencimento e o seguinte. A FASUBRA já solicitou a manutenção da redação como consta na Lei 11.091, garantindo esse step.

Os trabalhadores e trabalhadoras das IFES exigem respeito por parte do Governo Federal com a garantia do cumprimento desse acordo nos prazos previstos, fruto de mobilização e pauta de tantas mesas de negociação.



CARREIRA DOS CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVO EM EDUCAÇÃO

2ª ETAPA - 2008

NÍVEIS DE CLASSIFICAÇÃO			A				B				C				D				E								
			I	II	III	IV	I	II	III	IV	I	II	III	IV	I	II	III	IV	I	II	III	IV					
Piso AI	P01	R\$	802,76	1																							
	P02	R\$	831,66	2	1																						
	P03	R\$	861,60	3	2	1																					
	P04	R\$	892,62	4	3	2	1																				
	P05	R\$	924,75	5	4	3	2																				
Piso BI	P06	R\$	958,04	6	5	4	3	1																			
	P07	R\$	992,53	7	6	5	4	2	1																		
	P08	R\$	1028,26	8	7	6	5	3	2	1																	
	P09	R\$	1065,28	9	8	7	6	4	3	2	1																
	P10	R\$	1103,63	10	9	8	7	5	4	3	2																
Piso CI	P11	R\$	1143,36	11	10	9	8	6	5	4	3	1															
	P12	R\$	1184,52	12	11	10	9	7	6	5	4	2	1														
	P13	R\$	1227,16	13	12	11	10	8	7	6	5	3	2	1													
	P14	R\$	1271,34	14	13	12	11	9	8	7	6	4	3	2	1												
	P15	R\$	1317,11	15	14	13	12	10	9	8	7	5	4	3	2												
Piso DI	P16	R\$	1364,53	16	15	14	13	11	10	9	8	6	5	4	3	1											
	P17	R\$	1413,65		16	15	14	12	11	10	9	7	6	5	4	2	1										
	P18	R\$	1464,54			16	15	13	12	11	10	8	7	6	5	3	2	1									
	P19	R\$	1517,26				16	14	13	12	11	9	8	7	6	4	3	2	1								
	P20	R\$	1571,89					15	14	13	12	10	9	8	7	5	4	3	2								
Piso EI	P21	R\$	1628,47					16	15	14	13	11	10	9	8	6	5	4	3								
	P22	R\$	1687,10						16	15	14	12	11	10	9	7	6	5	4								
	P23	R\$	1747,83							16	15	13	12	11	10	8	7	6	5	1							
	P24	R\$	1810,76								16	14	13	12	11	9	8	7	6	2	1						
	P25	R\$	1875,94									15	14	13	12	10	9	8	7	3	2	1					
P26	R\$	1943,48										16	15	14	13	11	10	9	8	4	3	2	1				
P27	R\$	2013,44											16	15	14	12	11	10	9	5	4	3	2				
P28	R\$	2085,93												16	15	13	12	11	10	6	5	4	3				
P29	R\$	2161,02													16	14	13	12	11	7	6	5	4				
P30	R\$	2238,82														15	14	13	12	8	7	6	5				
P31	R\$	2319,41															16	15	14	13	9	8	7	6			
P32	R\$	2402,91																16	15	14	10	9	8	7			
P33	R\$	2489,42																	16	15	11	10	9	8			
P34	R\$	2579,04																		16	12	11	10	9			
P35	R\$	2671,88																			13	12	11	10			
P36	R\$	2768,07																				14	13	12	11		
P37	R\$	2867,72																					15	14	13	12	
P38	R\$	2970,96																						16	15	14	13
P39	R\$	3077,91																							16	15	14
P40	R\$	3188,72																								16	15
P41	R\$	3303,51																									16

ANEXO XV

TABELA DE PERCENTUAIS DE INCENTIVO À QUALIFICAÇÃO
(Anexo IV da lei n° 11091 de 12 de janeiro de 2008)

Nível de Classificação	Nível de escolaridade formal superior ao previsto para o exercício do cargo (*)	Percentuais de incentivo	
		Área de conhecimento com relação direta	Área de conhecimento com relação indireta
A	Ensino fundamental completo	10%	-
	Ensino médio completo	15%	-
	Ensino médio profissionalizante ou ensino médio com curso técnico completo ou título de educação formal de maior grau	20%	10%
B	Ensino fundamental completo	5%	-
	Ensino médio completo	10%	-
	Ensino profissionalizante ou ensino médio com curso técnico completo	15%	10%
	Curso de graduação completo	20%	15%
C	Ensino fundamental completo	5%	-
	Ensino médio completo	8%	-
	Ensino médio com curso técnico completo	10%	5%
	Curso de graduação completo	15%	10%
	Especialização, superior ou igual a 360h	27%	20%
D	Ensino médio completo	8%	-
	Curso de graduação completo	10%	5%
	Especialização, superior ou igual a 360h	27%	20%
	Mestrado ou título de educação formal de maior grau	52%	35%
E	Especialização, superior ou igual a 360h	27%	20%
	Mestrado	52%	35%
	Doutorado	75%	50%



Enfermagem: Justa Homenagem

Juscelino Kubitschek fez parte da lição de casa em relação à enfermagem: instituiu a Semana de Enfermagem de 12 a 20 de maio, o que, com toda a certeza, merecemos.

O mérito se deve à essência da profissão, voltada ao cuidado de outro ser, independente de sexo, idade, cor, preferências.

Somos uma profissão "eclética" e "atemporal" pois nos encontramos no antes: prevenindo; no agora: atuando e educando; e no depois: comemorando o viver ou consolando o morrer.

Enquanto profissão somos ciência e arte, o que nos move a enxergar o ser humano em toda a sua dimensão: física, emocional, social e espiritual.

O espaço profissional já foi conquistado. Já não se pode pensar em educação e saúde sem o profissional de enfermagem.

É certo também que outras conquistas estão na luta diária da categoria, como: redução da jornada de trabalho para 30 horas; piso salarial digno, tempo de serviço especial, insalubridade máxima, investimento em capacitação, carreira, condição adequada de trabalho,....

Percorremos tudo isso para sermos uma profissão indispensável. Se tivermos que "carregar" algum peso, que este seja o orgulho de sermos o que somos.

Então, comemore!

Dia 15 de Maio: Dia do Assistente Social



A Lei nº 8.662/93 regulamenta o exercício profissional do Assistente Social e define explicitamente como suas atribuições: elaborar, implementar, coordenar, executar e avaliar políticas, planos, programas e projetos sociais junto aos órgãos da administração pública direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares. Imbuído de uma formação multidisciplinar, crítica, pluralista e em sintonia com as rápidas mudanças da sociedade contemporânea, destacando-se ainda o seu compromisso com a democratização das relações sociais e com a promoção do exercício pleno da cidadania.

O serviço social no âmbito da UFPR tem uma prática subsidiada em um projeto ético-político voltado para a ética e o compromisso com seus usuários, na perspectiva da garantia e consolidação dos direitos sociais, com atuação tanto na academia quanto no atendimento direto aos usuários, sendo assim lotados: A Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas possui 07 profissionais (Unidade de Assuntos do Servidor, ambulatórios de funcionários-ágrarias e centro politécnico, desenvolvendo ações dentre elas no contexto da saúde do trabalhador, unidade de movimentação de pessoas, coordenadoria de assuntos técnicos), na área jurídica 02 profissionais, na PROEC 02 profissionais (Desenvolvendo ações ligadas ao combate da violência contra crianças e adolescentes), na PRA/RU 01 profissional e o Hospital de Clínicas absorvem a sua maioria que são 38 profissionais, sendo que no curso de graduação em serviço social no Setor UFPR-Litoral, estão lotados 04 assistentes sociais docentes.

O Assistente Social atua na articulação e oficialização das redes sociais nas áreas da saúde, na área da violência, na área de gestão de pessoas, na área jurídica, como uma forma de integração e

inserção dos recursos sociais aos usuários.

O Assistente Social é um profissional de curso superior que atua tanto na elaboração de políticas públicas, quanto na sua execução, promovendo esclarecimento entre os usuários sobre seus direitos sociais e de como acessá-lo. Além de tudo isso, é um profissional comprometido na formação de opinião, participando do processo de ensino-aprendizagem buscando através da interdisciplinariedade o fortalecimento da prática profissional.

Particularmente no Hospital de Clínicas os assistentes sociais possuem uma atuação direta com os usuários do SUS, na prevenção, na proteção e na promoção da saúde pública, promovendo a dignidade da pessoa humana, na perspectiva da garantia e consolidação dos direitos sociais, estando desenvolvendo ações diretas nas seguintes unidades: Na maternidade englobando a UTI-NEO NATAL, Bio-Banco, os ambulatórios de gestantes diabéticas e Vítimas de Violência Sexual, além das puérperas e gestantes do alojamento conjunto. Na Unidade de Urgência e Emergência. No Pronto Atendimento Pediátrico, Nas Unidades de Internação (infecção-pediatria, cirurgia pediátrica, uti-pediátrica, neuro-cirurgia, ortopedia, cirurgia geral, neurologia, sec-pediatria, quimio de alto risco), Nos serviços de transplantes: Renal, cardio, medula óssea, hepático.

Nos diversos ambulatórios, como: hanseníase, infecto-pediatria, tuberculose-pediátrica, infecto-adulto/HIV, plástica, Síndrome de Dawn, puericultura, neuro-pediatria, endócrino-pediatria, hemato-pediatria e hemato adulto, TMO além de desenvolver atividades nos serviços de Acolhimento ao Luto, serviço de Ouvidoria, Comitê de Humanização, Coordenação das Penas Alternativas, Coordenação da Rede interna de Proteção à Criança e ao Adolescente e Coordenação de Estágios Curriculares em serviço social. O Serviço de Pessoal do HC conta com 03 assistentes sociais desenvolvendo ações voltadas ao recursos humanos.

Diretoria do SINDITEST-PR Presente nas Lutas

Greve dos Correios, manifestação por melhores condições de trabalho para os servidores estaduais da saúde, manifestação do 1º de maio, etc. O SINDITEST esteve presente em diversas mobilizações dos trabalhadores no último período, pois acreditamos que a pauta de reivindicações dos trabalhadores das universidades só será conquistada em conjunto com outras categorias.

Assim, quando precisarmos, essas categorias estarão conosco em nossa luta.



Greve dos Correios



Ato dos Servidores Estaduais da saúde



Ato do Dia Mundial dos Trabalhadores em Curitiba



Fórum Social do Mercosul